



## A complexidade na hipótese tensiva de Claude Zilberberg

Ricardo Lopes Leite\*

**Resumo:** A complexidade ocupa lugar de destaque na hipótese tensiva formulada por Claude Zilberberg. O foco deste artigo é promover, a título de homenagem, uma reflexão acerca do tratamento teórico dado por ele a esse fenômeno. Zilberberg (2010, 2011a) assume uma “complexidade de desenvolvimento” que permite a coexistência ou a “colaboração” entre unidades discretas e graduais e que mantém a coerência teórica do conceito de tensividade na descrição semiótica. Apesar de ser uma posição conciliadora, esse movimento teórico representa, para muitos, a passagem de uma semiótica da diferença para uma semiótica do intervalo. No entanto, é preciso destacar que a coexistência de grandezas não deve implicar operações exatamente graduais na descrição do sensível, muito menos a subordinação das operações opositivas àquelas consideradas escalares, como fazem parecer algumas interpretações da semiótica tensiva. As formulações teóricas de Zilberberg nos permitem pensar em uma simulação da gradualidade por meio de uma complexificação do descontínuo, em que determinadas operações analíticas diluem as fronteiras entre as unidades discretas, sem, no entanto, eliminá-las por completo. Trata-se, a nosso ver, de uma graduação da diferença por outra operação diferencial, de ordem metalinguística. Com a adoção desse ponto de vista, a complexidade não daria azo a qualquer interpretação substancialista ou ontologizante e ganharia estatuto epistemológico de instância de mediação entre as abordagens semióticas que dirigem sua atenção para a dimensão tanto do contínuo quanto do descontínuo. Além disso, o postulado da diferença, condição *sine qua non* da inteligibilidade científica, mantém-se intacto na descrição dos afetos pelo viés da tensividade.

**Palavras-chave:** Tensividade; complexidade; diferença; gradualidade.

“Não é o caso de reacender uma querela sem objeto, pois a ‘casa do sentido’ é vasta o bastante para acolher tanto o contínuo, quanto o descontínuo, mesmo porque nem este nem aquele fazem sentido por si mesmos, mas apenas por sua colaboração.”  
(Claude Zilberberg, 2006, p. 66)

## Introdução

O campo de discussões acerca da complexidade é vasto, aliás, vastíssimo; povoa as disciplinas “naturais”, como a Matemática, a Física e a Biologia, passa pelas Ciências Cognitivas e adentra o terreno humanístico da Filosofia, da Sociologia, da Linguística e da Semiótica. Hodiernamente, desenvolveu-se até uma epistemologia da complexidade, da qual, salvo engano, Edgar Morin é uma das vozes mais representativas. Obviamente, não exploraremos esse território, pois a complexidade, dependendo do ponto de vista adotado, resiste a uma definição rigorosa e adquire fisionomias diversas, da pura evidência à perplexidade teórica. Na simples consulta a um dicionário não especializado como o *Houaiss* Eletrônico, por exemplo, podemos comprovar esse fato ao consultar o verbete *complexidade*: a “qualidade do que é complexo”. Ocorre o mesmo se formos ao verbete *complexo*, pois aparece como primeira a seguinte acepção: “conjunto, tomado como um todo mais ou menos coerente, cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência ou de subordinação, de apreensão muitas vezes difícil pelo intelecto, e que geralmente apresentam diversos aspectos” (Houaiss, 2009). Diante dessa vagueza, vamos nos manter no âmbito de uma especialidade, a semiótica.

Para a semiótica, a complexidade se coloca como uma questão epistemológica, por envolver sobretudo a querela entre a precedência ou a prevalência do contínuo ou do descontínuo no tratamento do sentido e da significação. Greimas reconhecia a problemática, mas, ciente do abismo teórico a que a discussão nos lança e mantendo-se fiel à herança saussuriana e hjelmsleviana, opta por não abordar diretamente o assunto. No *Dicionário*, por exemplo, afirma-se que “a ‘coexistência dos contrários’ é um problema árduo, herdado de uma longa tradição filosófica e religiosa. [...] O problema da geração de tais termos não teve até agora solução satisfatória”. Em outro ponto, diz-se que “a projeção do descontínuo no contínuo é a primeira condição de inteligibilidade do mundo”, no entanto, “a problemática dessa projeção está ligada à epistemologia geral e não é, portanto, da própria semiótica” (Greimas; Courtés, 2008, p. 78). Não é preciso dizer que a opção de Greimas em tangenciar o problema representa uma escolha teórica consciente, embora reconheçamos que teve alto custo para a semiótica clássica, que foi acusada de manter-se num idealismo insular e de escamotear o acesso à dimensão sensível da significação. A esse respeito, Zilberberg parece reforçar o coro, quando diz que:

as chamadas ciências humanas quiseram copiar as ciências da natureza ou, segundo o desejo de alguns, fundir-se nestas, pregando a objetivação de seus métodos. Nem tudo é censurável nessa busca, longe disso, e os mestres da semiótica, entre os quais incluímos particularmente Saussure, Hjelmslev e Greimas, exigiam que os métodos e procedimentos fossem transmissíveis e controláveis; no entanto, a objetivação do método é uma coisa e a do objeto, outra. (Zilberberg, 2010, p. 1)

Como se sabe, todo o projeto da semiótica tensiva reside justamente na tentativa de incorporar o sensível, a afetividade, à descrição semiótica dos discursos sem perder de vista as orientações teóricas basilares dos grandes mestres. Para isso, Zilberberg (2010, 2011a) defende uma colaboração entre a dimensão da intensidade, ligada à afetividade, e a dimensão da extensidade, ligada à ordem

da cognição e da razão, na abordagem do sentido e da significação. No entanto, parece se lançar numa contradição, ao afirmar que a afetividade não deveria ser obstáculo para a análise, mas sua condição mesma e que, “por mais paradoxal que a iniciativa pareça, a resolução analítica dos afetos e das emoções que pontuam as vivências dos sujeitos requer unidades discretas: estas são para nós as valências” (Zilberberg, 2010, p. 1-2).

A fim de se desfazer essa aparente aporia, entre o que seria da ordem do discreto ou do gradual na formulação da tensividade, a complexidade surge, então, como pedra de toque da hipótese tensiva, como condição teórica que assume o princípio da coexistência das grandezas e garante o direito de existência à gradualidade. Defendendo uma *complexidade de desenvolvimento*, o autor relativiza a autonomia das operações diferenciais, de negação, ou seja, a prevalência de uma abordagem semiótica do inteligível, que opera com unidades discretas e descontínuas, sobre uma semiótica intervalar, que opera por gradualidade, na descrição da dimensão sensível dos textos e discursos.

É preciso destacar, no entanto, que postular uma “complexidade de desenvolvimento” não implica prescindir da discretização, como faz parecer algumas interpretações da semiótica tensiva. Compreendemos que é necessário, antes de tudo, explicar de que sensível estamos tratando. Em termos semióticos, não podemos esquecer que estamos condenados a dizer o sensível em estruturas de linguagem e essa é sua condição de existência, logo, não haveria o sensível, em si, mas a significação do sensível. Por conseguinte o acesso a essa dimensão já se situa em outro nível, o da descrição metalinguística. Sob essa perspectiva, a opção por operações graduais como uma maneira mais fidedigna de acessar ou descrever o sensível não se sustenta, uma vez que é preciso considerar, como pressuposta, a dualidade inerente a essas operações.

Diante dessa constatação, é possível pensar em uma complexificação do raciocínio diferencial, em que operações discretas passam a ser analisadas como graduais. Dito de outro modo, é razoável supor uma *descontinuidade do descontínuo*, em que unidades graduais surgem pela aplicação de uma diferença de outro nível, que promove a coalescência de fronteiras entre unidades discretas. Vale notar que não estamos lidando com a aplicação do gradual sobre a oposição, mas de uma graduação da diferença por outra diferença. Trata-se, por conseguinte, de uma questão a ser resolvida num nível de transposição metalinguística, e não em um nível substancial ou sensível, propriamente dito. Adotando-se esse ponto de vista, o domínio epistemológico da semiótica fica preservado, pois os dilemas filosóficos, bem como as questões fenomenológicas referentes à percepção, mantêm-se, como queria Greimas, como pré-condições para se pensar o sentido.

Queremos crer que Zilberberg nunca abandonou essa linha de raciocínio, muito embora não tenha dado o devido destaque à *racionalidade diferencial* como condição de surgimento da gradualidade, fazendo parecer para alguns que as células tensivas introduzem *algo mais* do sensível na análise semiótica. Longe da pretensão da exaustividade e da apresentação de novidades, este artigo homenageia esse grande semioticista e fomenta uma reflexão acerca das interpretações excessivamente *sensíveis* do sensível, interpretações denunciadoras de certo realismo ingênuo, tão criticado por Hjelmslev (1975), no âmbito de uma teoria estrutural, como é o caso

da semiótica tensiva.

## 1 A estrutura elementar de significação e a complexidade de constituição

De acordo com Zilberberg (2011a, p. 50), o problema da continuidade sempre dividiu opiniões, desde Leibniz pelo menos, e “não há ganho nenhum em ficar ampliando indefinidamente as perspectivas”, visto que, desde Saussure, o problema sempre renovado em semiótica é o da “depreensão das unidades”. Não cabe, portanto, neste artigo-homenagem abordar o problema da complexidade a partir da retomada dos fundamentos epistemológicos da semiótica clássica, pois, conforme já assinalamos, a posição de Greimas sobre o assunto é clara e será refinada mais adiante.

Podemos, entretanto, apresentar resumidamente o problema por meio da crítica feita por Zilberberg (2011a, p. 22 e 34) de que a semiótica greimasiana, seguindo os passos de Brøndal, prevê em suas estruturas elementares uma “complexidade de constituição”, que recobre os dois termos complexos  $[s1 + s2]$  e  $[não-s1 + não-s2]$ , “porém, eles não desempenham, salvo ignorância ou injustiça de nossa parte, nenhum papel na teoria”. Isso equivale a dizer que os termos complexos são imaginados a partir dos termos simples, porém o quadrado semiótico propõe percursos que vinculam entre si somente os termos simples, sem fornecer nenhum “manual de instruções” para se chegar aos termos complexos.

Apesar da crítica, cumpre lembrar a tentativa do próprio Zilberberg, mencionada por Greimas e Fontanille (1993, p. 41) no *Semiótica das paixões*, de conciliar *tensividade* e *categorização* num quadrado semiótico, associando formas tensivas com as modulações do devir (contensivo/pontualizante, extensivo/cursivo, retensivo/encerrador, distensivo/iniciador). No entanto, para os autores dessa obra, essa associação não é compatível com a descrição de nível profundo apresentada por eles: “se as formas tensivas são categorizáveis é porque são estabilizadas e, conseqüentemente, já não são mais tensivas; talvez se trate de simples questão de formulação”.

Ademais, como bem pontua Saraiva (2017, p. 79), Greimas ocupa-se, desde o princípio, “com estruturas elementares de significação e, para ele, os termos opostos são concebidos, ou percebidos, como diferenças antes mesmo de qualquer ação homogeneizante que lhes forneça o termo complexo que os subsuma e reúna”.

A opinião de Greimas sobre a questão pode ser resumida da seguinte maneira:

A estrutura elementar, portanto, substitui – ou melhor, identifica-se com – o conceito de categoria, preservando a semiótica contra qualquer retorno ao atomismo. No entanto, para que tal dispositivo racional seja realmente operatório e não se esgote em contemplações metafísicas da diferença, é necessário que as relações que o constituem sejam definidas de forma inequívoca ou, o que quer dizer o mesmo, que os termos estruturais que não são mais que posições, ‘nós’ onde as relações terminam e se encontram, sejam exaustivamente interdefinidos. O dispositivo epistemológico, assim consolidado graças à contribuição da metalógica, é então transformado em uma estrutura operatória elementar, e o ‘quadrado semiótico’ que o uso procura impor, é apenas uma de suas possibilidades: a configuração de tal estrutura autoriza

a abordagem dedutiva, garante a coerência dos modelos e das análises a se efetuar (Greimas, 1976, p. 19)<sup>1</sup>.

Sem desautorizar a opção greimasiana, Zilberberg prefere, em seu modelo teórico, suplantá-la, ao menos parcialmente, por uma complexidade de constituição de natureza categorial e opositiva, considerando outros dois tipos de complexidade, a de composição e a de desenvolvimento.

## **2 Dependência e coexistência: da complexidade de composição à complexidade de desenvolvimento**

A passagem de uma complexidade de constituição para uma de composição e, depois, para uma de desenvolvimento pode tomar como ponto de partida a seguinte pergunta formulada por Zilberberg (2011a, p. 22): “uma vez reconhecida uma dualidade inegável [a/b], haveria entre essas duas grandezas polares [a] e [b] ‘alguma coisa’ ou ‘nada’?”. Pode-se adotar, segundo o teórico, duas respostas, uma em que se admite haver entre as duas grandezas “uma sequência de graus”, um “desenvolvimento progressivo”, na qual a oposição entre [a] e [b] deve ser avaliada em termos de distância entre um termo e outro, o que preencheria esse vazio, e outra que consistiria em admitir esse intervalo entre as grandezas como vazio, um nada. Essa última parece ser, segundo o autor, a posição adotada pela semiótica greimasiana em relação às estruturas elementares de significação, muito embora ele admita uma espécie de “progressividade” sintagmática nas estruturas narrativas de superfície, condensadas pelo esquema narrativo.

Zilberberg, evidentemente, opta pela primeira resposta e apresenta as complexidades de composição e de desenvolvimento como alternativas para a inclusão da gradualidade na análise semiótica. Inicialmente, Zilberberg (2011a, p. 36) esboça uma conciliação entre as duas, uma “semiose”, que coloca a complexidade de composição como plano da expressão e a complexidade de desenvolvimento como plano do conteúdo. A complexidade de composição nos remete ao conceito de dependência de Hjelmslev, relação imprescindível para que haja pontos de intersecção e, conseqüentemente, objetos, no sentido que Hjelmslev dá a esse termo. Já a complexidade de desenvolvimento afirma “a interação de grandezas postas em contato” e, por atribuir um caráter “dinâmico” à dependência, parece estar mais ligada a Brøndal e ao Saussure dos *Princípios de Fonologia*. Afinal, trata-se, como queria o mestre genebrino, “de dar-se conta” do que se passa nos grupos, que se condicionam reciprocamente (Zilberberg, 2011a, p. 34).

---

<sup>1</sup>“La structure élémentaire se substitue ainsi - ou plutôt s’identifie - au concept de catégorie, en préservant la sémiotique contre tout retour à l’atomisme. Cependant, pour qu’un tel dispositif rationnel soit vraiment opératoire et ne s’épuise pas en contemplation métaphysiques de la différence, il faut que les relations qui le constituent soient définies de manière univoque ou, ce qui revient au même, que les termes structuraux qui ne sont considérés que comme des positions, comme des noeuds où aboutissent et se rencontrent les relations, soient interdéfinis de manière exhaustive. Le dispositif épistémologique, consolidé ainsi grâce à l’apport de la métalogue, se transforme alors en structure élémentaire opératoire, et le ‘carré sémiotique’ que l’usage cherche à imposer, n’est qu’une de ses possibilités: la mise en place d’une telle structure autorise soule la démarche déductive, garantit la cohérence des modèles et des analyses à effectuer.”

Num segundo momento, ele destaca as diferenças entre essas duas complexidades. A primeira diferença refere-se ao fato de que na complexidade de composição há apenas uma justaposição das dimensões, enquanto na de desenvolvimento ocorre uma interação, interpenetração das dimensões. A segunda diferença decorre dessa primeira, explicando-a nos seguintes termos: na complexidade de desenvolvimento as operações que garantem a interpenetração são imanentes às grandezas, estas consideradas *vetores* interdependentes definidos pela sua direção tensiva. Por essa razão, as valências passam a ocupar, na hipótese tensiva, o lugar reservado aos semas, visto que se apresentam em número finito, além de serem interdefinidas, isomorfas e solidárias entre si em virtude de relações estritas de dependência (Zilberberg, 2011a, p. 290). Se, na complexidade de constituição, a dificuldade consistia em explicar como se dá a transformação de uma alternância em uma coexistência, a questão agora, para Zilberberg (2011a, p. 37), é decifrar “como se passa de uma dada relação de coexistência do tipo ‘e... e’ (de composição) para uma relação de dependência assimétrica do tipo ‘de... para’ ” (de desenvolvimento).

O corolário da opção pela complexidade de desenvolvimento é o fato de que a solução não se encontra na passagem da simplicidade à complexidade, característica da complexidade de constituição e também da de composição, mas na passagem “da complexidade de desenvolvimento à análise, que descobre e enumera suas unidades, quando não seus agentes de operação”. Sob essa ótica, a tensividade, para Zilberberg, (2011a, p. 37), seria não uma categoria, mas um “espaço intermediário entre as estruturas da intensidade e da extensidade”, ou seja, “o exercício de uma reciprocidade criadora, condição *sine qua non* da interdefinição”.

Diante desse ponto de vista, parece não haver lugar para a oposição diferencial numa complexidade de desenvolvimento, para o qual concorre também o seguinte posicionamento:

Nosso ponto de partida não é nem a oposição [a vs b] nem a soma [a + b], mas a interação [ab], que chamamos de produto; as grandezas [a] e [b] são para nós menos semas que vetores, grandezas móveis situadas num *continuum* orientado, que, após potencialização, isto é, memorização interna, são suscetíveis de diferenciar-se de si mesmas, gerando os pares e intervalos [a1/a2] e [b1/b2], o que, pela precedência da complexidade sobre a oposição, nos proporciona a rede primitiva de possíveis, resultado natural da colocalização, da interseção e da interdependência. (Zilberberg, 2010, p. 2)

Conforme podemos notar, além de incorporar a noção de dependência de Hjlemslev (1975), de natureza discreta, subordinando-a à de interdependência, a complexidade de desenvolvimento admite a substituição do conceito de soma pelo de produto. Segundo Zilberberg (2010, p. 2), “a intensidade não seria a soma do andamento e da tonicidade, e sim seu produto. Assim também a extensidade não seria a soma da temporalidade e da espacialidade, mas igualmente seu produto. A relação passa da composição às interdependências”.

Mas, como retirar dessa afirmação as vantagens dessa substituição? Aventamos a hipótese de que essa substituição se dá porque o *produto* resulta de uma operação do tipo *mais do mesmo*, em que uma condição de homogeneidade entre as unidades mantém-se intacta, constante, o que não acontece na *soma*. É o que ocorre, por

exemplo, em uma operação matemática como  $4 \times 2 = 4 + 4$  ou  $2 + 2 + 2 + 2$ , em que o 4 ou o 2 mantêm-se como unidades homogêneas na operação. Pela *soma*, por sua vez, chega-se ao mesmo resultado, mas as unidades são aditivas, permanecem, em alguma medida, distintas ou segmentadas, o que atenua o caráter homogêneo da operação. Procedendo-se dessa maneira, o modelo tensivo encontra no *produto* argumento para justificar a complexidade das operações tensivas, pois se evita a oposição como o modo de constituição das dimensões e subdimensões da tensividade, o que poderia sugerir um retorno à complexidade de constituição.

Tendo em vista que as oposições podem ser substituídas por uma *progressividade gradual*, medida em termos de distância entre as grandezas, observamos que ainda se faz minimamente necessária uma oposição objetiva que forneça o *quantum*, a medida dessa progressividade em termos de distância. Zilberberg (2011a) propõe como solução uma sintagmatização das oposições, em que a relação de contrariedade não seja totalmente eliminada, mas que se imponham, sobre o termo *contrário*, termos *sobrecontrários*, tônicos e distantes, e *subcontrários*, átonos e próximos, conforme a seguinte formulação: sobrecontrário s1  $\leftrightarrow$  subcontrário s2  $\leftrightarrow$  subcontrário s3  $\leftrightarrow$  sobrecontrário s4.

Segundo o semioticista, isso permite situar o devir ascendente ou descendente de uma dada valência em discurso e, “por convenção, a demarcação trata dos limites, e a segmentação, dos graus. Dessa maneira, os limites são convertidos em sobrecontrários e os graus, em subcontrários” [...], “isso produz dois principais efeitos de sentido: (i) quando, num universo de discurso estabilizado, os limites transformam-se em graus, concretiza-se o excesso; (ii) quando, de maneira simétrica e inversa, os graus transformam-se em limites, concretiza-se a falta” (Zilberberg, 2011a, p. 246-247).

Vê-se que a saída é engenhosa, pois permanecem ao mesmo tempo uma relação de contrariedade e uma progressividade gradual, cujas unidades já são complexas, pois a *falta* não é senão o resultado da projeção do intervalo [s1  $\leftrightarrow$  s4] sobre o intervalo [s2  $\leftrightarrow$  s3], e o excesso, por sua vez, não é senão o resultado da projeção do intervalo [s2  $\leftrightarrow$  s3] sobre o intervalo [s1  $\leftrightarrow$  s4] (p. 81). Para não nos aprofundarmos em assuntos que ultrapassam o foco deste artigo, basta dizer que se trata, para Zilberberg, de uma retórica do excesso e da insuficiência, resultante da *aspectualização* das grandezas, dadas aos olhos de um *observador*.

### **3 A complexificação da diferença na (meta) esquematização tensiva**

A assunção de uma complexidade de desenvolvimento permite, portanto, uma solução conciliadora para a problemática do contínuo e do descontínuo na hipótese tensiva, na medida em que, além de assumir a existência de operações graduais no espaço tensivo, acolhe também operações diferenciais de segmentação, dando-lhes, porém, um tratamento em termos de limites e graus. Esse modo de conceber uma reciprocidade entre diferença e gradualidade encontra guarida nas ideias de Deleuze, quando o filósofo propõe uma nova maneira de conceber a disjunção, tomando-a como “síntese disjuntiva”:

Falamos, ao contrário, de uma operação a partir da qual duas coisas ou duas determinações são afirmadas por sua diferença, isto é, não são objetos de afirmação simultânea, senão na medida em que sua diferença é afirmada, ela própria afirmativa. Não se trata mais, em absoluto, de uma identidade dos contrários, como tal inseparável nível ainda de um movimento do negativo e da exclusão. Trata-se de uma distância positiva dos diferentes: não mais identificar dois contrários ao mesmo, mas afirmar sua distância como o que os relaciona um ao outro enquanto ‘diferentes’. A distância positiva enquanto distância (e não distância anulada ou vencida) parece-nos essencial porque ela permite medir os contrários por sua diferença finita em lugar de igualar a diferença a uma contrariedade desmedida e a contrariedade a uma identidade ela própria infinita. (Deleuze, 1974, p. 178-179)

Atentemos para o fato de que esse modo de tratamento da diferença não desautoriza o postulado greimasiano de que, “para conhecer, é necessário primeiramente negar” e que “a negação é a primeira operação pela qual o sujeito funda-se como sujeito operador e funda o mundo como cognoscível” (Greimas e Fontanille, 1993, p. 38). O pai da semiótica tensiva, assim queremos crer, construiu seu edifício teórico sabendo que, em última análise, as operações discretas, diferenciais constituem condição para formulação de grandezas graduais, pelo menos para uma racionalidade científica. Como bom leitor de Hjeltmslev (1975), ele sabia que tudo não passa da elaboração e do controle de níveis de transposição metasemióticos, sujeitos a um critério de cientificidade, o princípio do empirismo.

Por isso, nunca deixou de mostrar a importância de uma “gramaticalização” no controle de qualquer sistema semiótico. Trata-se de se estabelecer uma “boa comunicação” que garanta trocas e a circulação entre duas entidades plurais. É nesse sentido que a tensividade nada mais é do que “o comércio da medida intensiva como o número extensivo” (Zilberberg, 2011a, p. 287). De posse desse controle epistemológico, abre-se para Zilberberg a possibilidade de uma *poiesis* em sua teoria, como podemos notar pelo seguinte trecho:

No plano do conteúdo, nada haveria senão pontos de vista provisórios, operações de projeção, aplicações, reciprocidades de perspectiva... quando não ilusões. A epistemologia da semiótica terá certamente de se adaptar, de erradicar o positivismo renascente, dado que essas catálises não recaem sobre grandezas, e sim sobre operações relativamente inéditas. (Zilberberg, 2011a, p. 81)

Assim, sob o exercício da *análise da análise*, é razoável admitir que os *mais* e os *menos*, antes de serem células tensivas mínimas, são uma oposição que serve para graduar. Com efeito, a gradação é resultado da aplicação de outra operação de diferença, ou seja, do acréscimo de outro *mais* ou de outro *menos*, que resultam em unidades diferenciais complexas (mais do mais, menos do mais, menos do menos etc.). Eis a razão pela qual concordamos com Bachelard (2004, p. 30) quando diz que “impor graus de transição equivale a despedaçar um descontínuo para chegar a um outro descontínuo”. É nesse sentido que podemos postular uma complexidade imanente das células tensivas, ou, para usar a feliz expressão de Bevidas (2015, p. 86), uma “álgebra tensiva da língua”.

Nessa perspectiva, a descrição semiótica da dimensão da intensidade, formulada para medir os estados de alma, a afetividade do campo de presença sensível do sujeito, ganha respaldo epistemológico e não permite qualquer interpretação substancialista. Deleuze, por exemplo, defende que:

só conhecemos intensidade já desenvolvida num extenso e recoberta por qualidades. A partir daí tendemos a considerar a qualidade intensiva como um conceito empírico e ainda mal fundado, misto impuro de uma qualidade sensível e do extenso, ou mesmo de uma qualidade física e de uma quantidade extensiva (Deleuze, 1988, p. 215).

Se assumimos ainda a posição do filósofo de que “a diferença de intensidade é sentida numa queda” (Deleuze, 2007, p. 86), não há como escapar da lógica diferencial no tratamento semiótico do sensível.

Mantendo-se essa linha de raciocínio, um ponto que merece ser mencionado diz respeito à propensão de Fontanille e Zilberberg (2001) para o esquema descendente, que vai do *assomo* à *resolução*, em vez do esquema ascendente, que vai da *resolução* ao *assomo*. É claro que os dois esquemas tensivos explicam o modo de eficiência (o *sobrevir* e o *pervir*) das grandezas que penetram o espaço tensivo, no entanto, segundo os autores, a heurística da tensividade, pode melhor ser acompanhada pelo descendente.

Obviamente, é preciso ter o cuidado para não se considerar o *assomo* como uma espécie de reificação do sensível na descrição semiótica, pois do sensível só há efeito de sentido via significação, o que já nos coloca no universo da racionalidade, da diferença. O *assomo*, desse modo, seria apenas uma pré-condição para se falar do surgimento da significação sensível, sem se comprometer com a existência ontológica dessa unidade ainda indiferenciada à qual não se tem acesso direto. Logo, o esquema descendente opera mesmo é com a fase de resolução e não com o *assomo*. Por conseguinte, o *sujeito do sofrer*, aquele do *acontecimento*, que permanece em estado exclamativo ou interjetivo é sempre recuperado *no depois*, na medida em que a experiência sensível já se encontra modulada ou graduada, minimamente segmentada, em curso de resolução para um esquema narrativo canônico. Não podemos deixar de notar, no entanto, que, ao tomar como ponto de partida o *assomo*, o esquema descendente respalda, ainda que implicitamente, uma prevalência da continuidade sobre a descontinuidade na descrição semiótica.

A semiótica clássica, por sua vez, opta pelo esquema ascendente, preferindo acompanhar, por meio de operações de complexificação dos estados e transformações da esquematização narrativa, a passagem do sujeito que age para o sujeito que sofre. Esse, assim pensamos, foi o procedimento utilizado por Greimas para reformular a narratividade em termos de esquematização modal e para descrever e analisar a estesia nos textos selecionados por ele em *Da Imperfeição*. Ou seja, complexificar o inteligível para se chegar ao sensível.

A fim de não nos alongarmos excessivamente, é importante lembrar que a ideia da complexificação do raciocínio diferencial, salvo engano, acompanha Zilberberg desde seus primeiros escritos e já se encontra esboçado no esquecido capítulo intitulado *Sous les sèmes il y a quoi?*, do *Essai sur les modalités tensives* (Zilberberg, 1981), em que ele admite operações da ordem da diferença na constituição das valências tensivas. Raciocínio equivalente aparece também em outro campo do conhecimento, o da Lógica, com Blanché (2002). Em obra memorável intitulada *Estruturas intelectuais: ensaio sobre a organização sistemática dos conceitos*, o teórico redimensiona a lógica das relações do quadrado semiótico, organizando-o em forma de hexágono. Com isso, as relações de contrariedade passam a ser triádicas, oferecendo abertura para a formulação de outros quadrados, colocando

a complexidade das relações graduais sempre subordinadas a uma operação diferencial em um outro nível de análise. É nessa direção também que Saraiva (2017) propõe uma complementaridade entre o quadrado semiótico e o gráfico tensivo, em que ambos operam preferencialmente numa mesma zona de significação, imanente à linguagem, o que muda é o tratamento dado à diferença em cada um deles.

Para finalizar, gostaríamos de destacar o fato de que a complexidade pensada por Zilberberg não é propriamente uma categoria, mas uma espécie de instância de mediação semiótica do discreto e do gradual que se confunde com suas próprias operações, à maneira das principais homologações da semiótica como *sistema* e *processo* e *sintaxe* e *semântica*. Por essa razão, ela compõe o inventário epistemológico da semiótica tensiva, justificando sua coerência teórica e sua rentabilidade analítica, instaurando um novo tratamento para a diferença, um novo ponto de vista na descrição semiótica do sensível.

## Conclusão

Zilberberg (2011a, p. 15) afirma que, “tendo perdido a inocência e o poder oracular, o discurso teórico tem a obrigação de apresentar a lista dos ingredientes que compõem o valor veridictório a que ele aspira”. Com efeito, a hipótese tensiva não se intimida com a (auto) provocação e põe à mesa esse ingrediente tão multifacetado que é a complexidade. Com a profundidade teórica que lhe cabe, Zilberberg segmenta o fenômeno e propõe uma complexidade de desenvolvimento, uma saída engenhosa que coloca como condição teórica o fato de que toda grandeza já nasce complexa e, portanto, exige que seu tratamento analítico seja da ordem tanto do discreto quanto da gradualidade. Como vimos, para ele, não se trata nem de relações de alternância, do tipo “ou. . . ou”, tampouco de combinação, do tipo “e. . . e”, mas de direção, do tipo “de. . . para”.

O projeto ambicioso de Zilberberg, de uma “prosodização do conteúdo”, não nos parece impossível, desde que se ajustem as lentes para que a coexistência de operações graduais e diferenciais no espaço tensivo não perca de vista o postulado da diferença, condição *sine qua non* da inteligibilidade científica. Afinal de contas, como bem diz Deleuze (1988, p. 215), “a diferença não é o próprio dado, mas aquilo pelo qual o dado é dado”.

Se pensarmos que Zilberberg (2006, p. 169) assume a tensividade como “o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja, os estados de alma, o sensível – e a extensidade – isto é, os estados de coisas, o inteligível – unem-se uma a outra”, parece-nos plausível que ele admita que está lidando com uma formulação teórica, uma (meta) esquematização, um dispositivo de apreensão do sentido, do qual o teórico-analista lança mão para manter a homogeneidade conceitual/categorial do seu aparato analítico no momento da descrição. Somente assim, as células tensivas ganham relevo como categorias de análise que simulam o sensível, na medida em que um possível resíduo de substancialização “diz respeito simplesmente a um efeito de sentido resultante do grau de adensamento semântico das transposições metalinguísticas realizadas pelo teórico analista” (Leite, 2017, p. 56-57). É na condição de atividade de *transposição cientificamente orientada* que a experiência sensível se torna dizível e permite sua própria descrição.

A leitura (apressada ou minudente) dos escritos de Zilberberg deixa, muitas vezes, o leitor confuso: não sabemos de que lado estamos e nem de que lado ele está. Nesse sentido, preferimos arriscar que ele aposta numa conciliação teórica, a fim de tornar estéril a discussão acerca da precedência ou autonomia do contínuo ou do descontínuo como condição da descrição semiótica dos textos e discursos, o que sempre nos leva, afinal, aos velhos dilemas filosóficos e psicológicos dos quais a semiótica sempre tentou, por prudência, esquivar-se. É claro que isso não resolve a árida questão epistemológica da abordagem semiótica do sensível e nem nos livra de possíveis contradições, mas, no mínimo, garante um novo ponto de vista descritivo.

Sendo assim, não parece ser fortuita e nem contraditória a afirmação de Zilberberg (2011a, p. 27) de que a afetividade deve ser pensada na sincronia, “como um conjunto de funcionamentos descritíveis, analisáveis e sobretudo ‘gramaticalizáveis’”. Nesse aspecto, ele parece concordar com Valéry (1988, p. 213), a quem ele tanto admirava, quando este diz que “todo conhecimento se reduz a isto: 1) limitar um domínio; 2) dividi-lo ou classificá-lo em elementos; 3) conhecer as fórmulas de transformações de um elemento em outro.” Para o autor dos *Cahiers*, a intensidade é sempre uma medida indireta, que não basta ser compreendida, pois deve ser desesperadamente traduzida. Vê-se, portanto, as condições de formulação de uma gramática dos afetos, como, acreditamos, também pensava o pai da semiótica tensiva.

O assunto é polêmico e, obviamente, não se esgota aqui, tampouco queremos nos lançar numa aporética sem fim. Não há dúvida de que a hipótese tensiva precisa ser melhor compreendida, esmiuçada, mas não há como negar que se trata de uma hipótese teórica coerente e rigorosa, um desenvolvimento legítimo do projeto semiótico de vocação científica pensado e iniciado por Greimas e seguidores.

Enfim, tudo o que foi dito aqui não passa de uma modesta reflexão para homenagear uma figura humana singular e um grande pensador, que foi capaz de organizar semioticamente essa perplexidade que é o sensível, ao inteligibilizá-lo pela tela da sensibilidade científica. ●

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BEVIDAS, Waldir. A semiótica tensiva: uma teoria imanente dos afeto. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 43-86, 2015.
- BLANCHÉ, Robert. *Estruturas intelectuais: ensaio sobre a organização sistemática dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução: Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Tradução: Roberto Machado et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas, 2001.

- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Entretien avec A. J. Greimas sur les structures élémentaires de signification. In: F. Nef, *Structures elementaires de la signification*, 18-26. Bruxelles: Editions Complexe, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. Tradução de Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo Hacker Editores, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracine. São Paulo: Ática, 1993.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- LEITE, Ricardo Lopes. Saussure e a sílaba. *Matraga*. Rio de Janeiro. v. 34, p. 90-101, 2014.
- LEITE, Ricardo Lopes. Transposição e narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 13, n. 2 (edição especial). Editores convidados: Waldir Bevidas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, dezembro de 2017, p. 51-58. Disponível em: [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse). Acesso em "14/01/2019".
- SARAIVA, José Américo Bezerra. Análise da análise: quadrado semiótico e gráfico tensivo. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 13, n. 2 (edição especial), 2017. p. 77-87. Disponível em: [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse). Acesso em "14/01/2019".
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- VALÉRY, Paul. *Cahiers*. Tome II. Paris: Gallimard, 1988.
- ZILBERBERG, Claude. *Essai sur les modalités tensives*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.
- ZILBERBERG, Claude. Síntese da gramática tensiva. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 33(25), 2006. p. 163-204.
- ZILBERBERG, Claude. Tradução de Lucia Teixeira e Ivã Carlos Lopes. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 6, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse>
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011a.
- ZILBERBERG, Claude. Philosophie et sémiotique. Cassirer, Merleau-Ponty, Deleuze. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 7, n. 2, 2011b. p. 1-7. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em "12/01/2019".

---

## Dados para indexação em língua estrangeira

Leite, Ricardo Lopes

The complexity in the tensive hypothesis of Claude Zilberberg

*Estudos Semióticos*, vol. 15, Edição Especial (2019)

ISSN 1980-4016

---

**Abstract:** *Complexity occupies a prominent place in the tensive hypothesis formulated by Claude Zilberberg. The focus of this paper is to promote, as a tribute, a reflection on the theoretical treatment given by him to this phenomenon. Zilberberg (2010, 2011a) assumes a “development complexity” that allows the coexistence or “collaboration” between discrete and gradual units and that maintains the theoretical coherence of the concept of tensiveness in the semiotic description. Despite being a conciliatory position, this theoretical movement represents for many the passage from a semiotics of difference to a semiotics of interval. However, it should be pointed out that the coexistence of magnitudes should not imply exactly gradual operations in the description of the sensible, let alone the subordination of the operations opposed to those considered scalar, as some interpretations of tensive semiotics suggest. Zilberberg’s theoretical formulations allow us to think of a simulation of graduality through a complexification of the discontinuous dimension, in which certain analytic operations dilute the boundaries between the discrete units, without, however, eliminating them completely. It is, in our opinion, a gradation of difference, by another differential operation, of a metalinguistic order. With the adoption of this view, complexity would not give rise to any substantialist or ontologizing interpretation and would gain epistemological status as an instance of mediation between semiotic approaches that direct their attention to the dimension of both the continuous and the discontinuous perspectives. Moreover, the postulate of difference, a sine qua non of scientific intelligibility, remains intact in the description of affections by the bias of tensivity.*

**Keywords:** *Tensivity; complexity; difference; graduality.*

---

### Como citar este artigo

Leite, Ricardo Lopes. A complexidade na hipótese tensiva de Claude Zilberberg. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: ( [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse) ). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes, José Américo Bezerra Saraiva e Eliane Soares de Lima. Volume 15, Edição Especial, São Paulo, abril de 2019, p. 27–38. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 28/01/2019

Data de aprovação do artigo: 25/02/2019

---